

FEITICO DECENTE

Marcos Napolitano*

SANDRONI, C. *Feitiço decente*. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 247 p.

Os estudos sobre a chamada “música popular brasileira”, em todas as suas variáveis estéticas, vêm se consolidando paulatinamente no meio acadêmico, sobretudo a partir de meados dos anos 80. Mas algumas dificuldades teóricas e metodológicas ainda persistem, além da falta de comunicação das diversas áreas que estudam o tema. Uma das dificuldades é que o pesquisador que se aventurar nesta área e quiser fazer um trabalho consequente, deve transitar por várias disciplinas de artes e humanidades, na busca da definição do seu objeto e de sua abordagem. A musicologia, a história, a antropologia, a sociologia, a crítica literária, entre outras, convergem para o incremento dos estudos musicais, principalmente aqueles ligados ao universo cancionista urbano e comercial. Poucos pesquisadores, pouquíssimos mesmo, conseguem articular as várias contribuições destas áreas. Essa qualidade sobra em Carlos Sandroni, professor da UFPE, que não fosse um ensaista de mão-cheia, também é músico. O público de especialistas e aficionados em música popular pode tomar contato com sua tese de doutorado, defendida em 1997, na Universidade de Tours (França), finalmente publicada no Brasil na forma de livro.

Sandroni estuda um processo muito comentado, rememorado, discutido, mas pouco estudado, sistematicamente falando. Esse processo, como o subtítulo diz, culminou na formatação do samba urbano carioca, resultado de transformações cruciais em sua estrutura metrico-ritmica, bem como nas maneiras de ser executado, entre os anos 10 e 30. A partir de debates e polêmicas que até hoje constituem o rico universo anedótico da música popular brasileira, como as que opuseram Donga e Ismael Silva ou Noel

* Departamento de História – Universidade Federal do Paraná.

Rosa e Wilson Batista, acerca da natureza do samba, o senso comum dos apreciadores da música popular já consagrou há muito a idéia de que o samba do começo do século não seria o mesmo samba dos anos 30. Este último é que foi absorvido pelo mercado musical urbano e, em linhas gerais, tem sido a base do reconhecimento do gênero para o grande público. A proposta de Sandroni foi estudar estas transformações de forma sistemática, articulando a crítica histórica (e historiográfica), a reflexão antropológica e análise musicológica.

A tese básica do livro é a de que aquela música que se chamou primeiramente de samba (a lendária “Pelo Telefone”, de 1917, composta por Donga), estaria mais próxima do “paradigma do tresillo” (figura rítmica próxima das músicas “ligeiras” e danças do século XIX, como o lundu, a habaneira, o tango e o maxixe). Já o samba urbano carioca, que invadiu o mundo do disco e do rádio a partir dos anos 30, consolidou uma outra figura rítmica, bastante original, que Sandroni chamou de “paradigma do Estácio” (combinação de semicolcheias e colcheias, com mais células rítmicas de marcação, totalizando um ciclo de 16 pulsações), ambas produtos de complexas mediações culturais só possíveis na América.

Que o leitor não se espante com a linguagem técnica da análise musicológica. O próprio autor toma o cuidado de reunir as passagens mais técnicas na parte que ele intitula “premissas musicais”, na qual ele discute o sentido da síncopa e da contrametricidade (deslocamento do tempo forte do compasso) na música ocidental de origem africana e sugere ao leitor mais leigo que pule, “sem culpa”, estas passagens. De resto é um livro de fácil e saborosa leitura, cujas partes I (“do Lundu ao Samba”) e II (“De um samba a outro”) ocupam a maior parte do corpo textual. Na primeira, Sandroni analisa o “ciclo longo” de mutações estéticas e culturais da música brasileira, cujas origens remontam ao século XVIII e XIX, que convergiram para o primeiro momento do samba carioca, tal qual praticado sobretudo nas festas caseiras organizadas pelas “tias baianas” (1917-1921). Na segunda parte, o enfoque é para o “ciclo curto” de transformações, operadas entre 1927 e 1933). Neste último ciclo, o samba ganhou sua feição mais atual, adquirindo uma nova identidade rítmica (voltada sobretudo para a evolução das escolas de samba no desfile de carnaval), cultural (se consolidando na cultura urbana carioca, penetrando em várias classes e grupos sociais) e comercial (adquirindo sua feição fonográfica e radiofônica, portanto, tornando-se um produto cultural consumível em larga escala).

Sandroni demonstra uma grande desenvoltura não apenas no texto, bastante fluido, mas também no trato com as fontes. Ao contrário da maioria dos musicólogos, Sandroni não cultua as fontes escritas de notação musical (neste caso, a partitura), mas deixa claro que é impossível analisar a estética e a história da música popular sem a análise do resultado fonográfico da *performance* musical, tomada como um tipo de fonte com identidade e natureza próprias, diferente das partituras escritas pelos compositores ou da transcrição de práticas musicais por etnomusicólogos. Mas Sandroni, não se restringe às fontes musicais (impressas e gravadas) para desenvolver o seu estudo. Coerente com o seu objetivo de mapear não apenas as mudanças estritamente musicológicas do samba, mas o complexo cultural que determinou, no período em questão, o reconhecimento dos ouvintes em relação ao gênero, bem como o lugar social que ele ocupou na vida brasileira, Sandroni incorpora a literatura (romances, crônicas e contos), corpo documental riquíssimo em referências sobre o universo da música popular. Não faltam também momentos instigantes de crítica historiográfica, revisando autores acadêmicos e historiadores-jornalistas, que constituem boa parte da historiografia da música popular brasileira. Outro dado importante sobre as fontes é que Sandroni não se contenta com a generalização de inferências apoiadas em um corpo documental restrito. Ao contrário, mergulhou no rico acervo de partituras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (para a análise das músicas do século XIX) e numa ampla e quase completa lista de sambas gravados em disco (todos os sambas gravados por Francisco Alves, 60% dos sambas gravados pela Casa Edison entre 1917 e 1921 e 60 canções de Sinhô (re-editadas em CD pelo selo curitibano Revivendo).

Tendo em vista um livro tão bem construído e instigante, é quase um preciosismo crítico apontar para lacunas significativas. Mas duas observações podem ser feitas, neste sentido. A primeira é a ausência de um debate com trabalhos não-publicados (teses e dissertações), provavelmente em função das mudanças editoriais da tese original para o livro. Assim, fica faltando um posicionamento de Sandroni em relação, por exemplo, ao trabalho similar de Jorge Caldeira (*Voz Macia*, dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH / USP, 1987) ou em relação aos inúmeros (e nem sempre bem resolvidos) trabalhos acadêmicos sobre a “malandragem”. A segunda observação, numa perspectiva mais estrutural do texto, é uma

certa dicotomia entre as partes técnico-musicológicas e histórico-sociológicas que, aliás, é um problema que aflige a todo aquele que quer escrever sobre música e ser lido, além das fronteiras dos departamentos especializados.

Estas são observações que pouco fazem restrição a um trabalho bem feito, escrito de maneira simples e competente. O trabalho de Sandroni é obrigatório não apenas para aqueles que estudam o samba das primeiras três décadas do século XX, mas também para todos os pesquisadores de música popular, na medida em que consegue superar o senso comum (mesmo partindo de um senso comum da historiografia da música brasileira), manter um distanciamento crítico (o que não significa falta de paixão pelo objeto) e conciliar conhecimento técnico com sensibilidade analítica interdisciplinar. Além disso, ele consegue superar a dicotomia entre “música popular” e “música erudita”, perspectiva perseguida pela “nova história” da música. Enfim, uma contribuição séria num campo de estudos ainda muito diletante, um passo a mais no processo de consolidação acadêmica de um tema, até há poucos anos atrás, considerado excêntrico e menor na área das Ciências Humanas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História enquanto conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições de fontes comentadas.

Todos os trabalhos enviados são submetidos a dois pareceristas; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é submetido a um terceiro parecerista. Os editores, após a aprovação no Conselho Editorial da revista, reservam-se o direito de convidar autores ou traduzir artigos considerados relevantes.

O Conselho Editorial somente aprecia trabalhos que obedeçam aos seguintes critérios:

1. Extensão: os artigos devem ter no máximo 30 páginas e as resenhas, no máximo 5 páginas.
2. Os trabalhos devem ser apresentados em três vias impressas e em disquete devidamente identificado, com o texto digitado em *Word for Windows*. No material não deve haver identificação do autor.
3. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1 ½.
4. Resumo e palavras-chave: os artigos devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*Key-words*).
5. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé.
6. Os trabalhos deverão vir acompanhados de uma folha avulsa, contendo: nome do autor, filiação institucional, titulação, telefone/endereço/e-mail.
7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa.

8. Notas de referência: devem ser apresentadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e no final do texto. Não serão aceitas bibliografias.
9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhadas em folha (e arquivo) à parte, devidamente numerados, com títulos e legendas. Devem estar indicados no texto os locais das respectivas inserções.
10. Os autores receberão cinco exemplares do número da revista em que seu trabalho foi publicado.
11. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Toda correspondência referente à revista *História: Questões & Debates* deve ser encaminhada ao seguinte endereço:

História: Questões & Debates
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar
80060-150 Curitiba – PR
brepohl@hotmail.com